

# A rebelião de Detroit e a ascensão do Estado neoliberal

O seguinte relato da revolta de Detroit de 1967 é ocasionado pelo 50º aniversário dos eventos. Ele descreve a supressão da revolta como sintomática de uma contra-insurgência mais ampla contra movimentos sociais radicais nos Estados Unidos. Em seguida, considera como a repressão acelerou políticas carcerárias punitivas e autoritárias. Através de um exame dos produtos culturais desses movimentos sociais, ele também sugere que resultados alternativos foram e continuam sendo possíveis. Esse relato é extraído do livro [\*Incarcerating the Crisis\*](#) [Encarcerando a crise].

Em 1967, centenas de revoltas circularam pelas cidades americanas com poder e intensidade sem precedentes. Quase sempre a provocação era a violência policial racista – desde prisões até espancamentos e tiroteios. A geografia em expansão das insurreições urbanas dos anos 60, em meio à crescente resistência à guerra dos EUA no Vietnã, fez aumentar a atenção às condições materiais dos pobres, da classe trabalhadora e de pessoas de cor tanto no país como no exterior.

Provocada pela auto-atividade e pelas lutas coletivas das massas em movimento, a classe trabalhadora se organizou como comunidades de resistência nesse momento decisivo. Entre 1967 e 1971 trabalhadores se envolveram na atividade de greve mais intensa na era do pós-guerra em cidades como Detroit. Conflitos de raça e classe estavam sendo resolvidos por um proletariado urbano liderado por organizações como a *League of Revolutionary Black Workers (LRBW)* [Liga dos Trabalhadores Negros Revolucionários]. Muitos trabalhadores começaram a recorrer ao materialismo histórico para entender e enfrentar as relações entre raça e classe, o estado policial e a economia política capitalista.

A derrubada das leis de Jim Crow [NT: leis que forçavam a segregação racial no sul dos EUA], do capitalismo e do imperialismo americano pareciam ser uma possibilidade. Juntos, esses eventos representaram um ponto de virada crítico na história dos EUA, a partir do qual não houve retorno.

De acordo com intelectuais e ativistas do movimento, a rebelião de Detroit de julho de 1967 foi essencialmente uma revolta da classe trabalhadora. Foi enfrentada com força mortal uma vez que os oficiais do estado encomendaram tropas da Guarda Nacional, soldados federais e oficiais da polícia para tratar pessoas consideradas saqueadoras e incendiárias como inimigas do estado. Mais de 40 pessoas foram assassinadas.

Enquanto a resposta para esses eventos demonstrou o poder repressivo do estado, a rebelião também expôs a vulnerabilidade das corporações de automóveis à pressão da luta de classes no ponto da produção. Nove meses depois da rebelião de julho, em maio de 1968, mais de 4 mil trabalhadores fecharam a fábrica de Dodge Main. Esses eventos levaram à formação do *Dodge Revolutionary Union Movement (DRUM)* [Movimento do Sindicalismo Revolucionário de Dodge], que mais tarde se tornou a Liga.

A rebelião disparou a imaginação de intelectuais orgânicos jovens que formaram a Liga, como Mike Hamlin, Kenneth Cockrel, John Watson, General Gordon Baker e Marian Kramer. Como parte de um esforço para organizar as energias desencadeadas pela insurreição e por ataques desenfreados numa força social no ponto da produção, a Liga imprimiu panfletos, produziu o jornal *Inner City Voice*, distribuiu o jornal *The South Endda* Universidade Estadual de Wayne e produziu o filme independente *Finally Got the News*.

Eles teorizaram estratégias e táticas relevantes para a luta dos trabalhadores no ponto da produção no contexto de uma comunidade inteira lutando por libertação. Eles exigiram o fim

do racismo nas fábricas assim como nos sindicatos e estavam dispostos a convocar greves em seu próprio nome.

A Liga conscientemente se baseou em lembranças coletivas do que W. E. B. Du Bois chamou de “greve geral” de 1863–65, quando um milhão de trabalhadores negros se libertaram da escravidão e provocaram um dos movimentos interracialistas da classe trabalhadora mais bem sucedidos da história dos EUA. Naquele período, os trabalhadores romperam um regime racial e trabalhista que tinha séculos e iniciaram o esforço mais dramático de demoracia, travado pelos pobres e para “os milhões de trabalhadores que esse mundo já viu”.

Esses episódios de auto-emancipação da classe trabalhadora nos anos 1860 e 1960 foram, como C. L. R. James afirmou, “eventos históricos de primeira importância na história do povo negro em qualquer momento e hoje”.

No que se segue, eu proponho uma análise da luta sobre o significado da revolta de Detroit de 1967. Eu começo analisando como o estado e os meios de comunicação de massa interpretaram e descreveram os eventos dramáticos. Em seguida, exploro como artistas, ativistas e intelectuais envolvidos com a Liberdade Negra, com o trabalho radical e com movimentos socialistas se engajaram numa luta de classes na cultura e na ideologia sobre a memória desse ponto de viragem decisivo no surgimento do estado carcerário neoliberal. Concluo sugerindo que essas intervenções demonstram que poderia ter havido, e ainda pode haver, um mundo diferente em construção.

## **Insurgência e contra-insurgência**

As culturas políticas e expressivas de Detroit estavam talvez mais entrelaçadas do que em qualquer outra cidade industrial norte-americana. Salões de dança e casas noturnas proporcionavam espaços de lazer para trabalhadores industriais sujeitos a trabalho árduo. Em 23 de julho de 1967, a rebelião de Detroit começou num clube próximo a West Side.

A insurreição foi desencadeada quando moradores da cidade testemunharam o assédio policial a uma festa de volta pra casa para dois soldados negros voltando da guerra imperialista dos EUA no Vietnã num chamado “*blind pig*” (clube que funciona até mais tarde). Todas as 85 pessoas na festa foram presas. Não demorou para os trabalhadores das favelas e dos clubes noturnos resistirem a essa criminalização “em seus próprios termos”.

Fotos da revolta documentaram o que Dan Georgakas e Marvin Surkin descreveram como “saques sistemáticos e integrados” entre trabalhadores negros e brancos que “compravam de graça”. No entanto, isso foi retratado em canais como o New York Times como um “motim” travado pelos “negros de Detroit” que, como eles afirmaram, criou uma onda de crime, violência e caos.

Logo após a revolta, o procurador-geral dos EUA, Ramsey Clark, foi contatado pelo governador de Michigan, George Romney, que solicitava que tropas federais fossem enviadas para esmagar a rebelião. Em 27 de julho, o presidente Lyndon Johnson se dirigiu à nação, como parte de um esforço para garantir que a ordem fosse restaurada. Suas palavras não ofereciam nenhum constrangimento: “Primeiro – que não haja nenhum erro sobre isso – os saques e incêndios que ocorreram não são parte de um protesto por direitos civis ... Isso é crime – e crime deve ser tratado com força de forma rápida e certa”.

O Presidente citou a Lei da Insurreição de 1807 como a base jurídica para a implantação de tropas no território nacional. A revolta foi enfrentada com força mortal: oficiais da polícia de Detroit, tropas da Guarda Nacional, soldados federais e paraquedistas vindos de batalhas do Vietnã atiraram nas pessoas consideradas saqueadoras e incendiárias nas ruas incendiadas de Detroit.

A tentativa de Johnson de distinguir entre um protesto legítimo de direitos civis e crime enquanto invocava a Lei de Insurreição nos obriga a reconsiderar a luta sobre o

significado e a memória do momento. Ao definir a revolta do gueto contra o desemprego, a violência policial e a exploração no ponto da produção da forma que se fez, a narrativa da contra-insurgência apoiou a expansão de soluções militarizadas-carcerárias para a crise.

A narrativa contra-insurgente descreveu o evento como um caso de crime, violência e caos. Na verdade, alegou que a revolta não era sobre violações de direitos civis ou motivada por queixas da classe trabalhadora, mas sim uma explosão de criminalidade. Essa definição da situação proporcionou uma imagem distorcida. Essa distorção teve consequências materiais que são particularmente críticas para a compreensão das relações historicamente específicas e contingentes entre a ordenação racial, a reestruturação capitalista e a formação do estado carcerário neoliberal.

Tais narrativas descreveram a resistência como expressões violentas, irracionais e fúteis que justificavam relações violentas pelo aparato estatal para impôr a lei e restaurar a ordem. A subsequente expansão da contra-insurgência do estado capitalista nas cidades pode, portanto, ser entendida como uma reação à crise da hegemonia.

A contra-insurgência e o desenvolvimento capitalista desigual foram articulados como parte da política econômica americana no mandato de W. W. Rostow como assessor de segurança nacional do Presidente Johnson entre 1964 e 1968. A teoria de “estágios de desenvolvimento econômico” de Rostow alegou que o desenvolvimento capitalista primeiro exigia que as forças de segurança impusessem ordem.

Na ocasião da rebelião de Detroit, Rostow escreveu ao Presidente Johnson: “Em casa, seu apelo é por lei e ordem como marco para o progresso econômico e social. No exterior nós lutamos no Vietnã para tornar a agressão não lucrativa... para construir um futuro de progresso econômico e social”. Nas palavras de Rostow, políticas contra-insurgentes de segurança

nacional tinham um impacto direto no policiamento da crise urbana.

As narrativas jornalísticas frequentemente reproduziram a lógica contra-insurgente do estado, implantando mitos que haviam sido usados para racionalizar a intervenção militar no Vietnã. Considere, por exemplo, a abordagem da Time e do Newsweek sobre os eventos nas primeiras horas do 23 de julho: “O problema explodiu em Detroit como uma tempestade de fogo e transformou a quinta maior cidade do país num teatro de guerra. Ruas inteiras foram devastadas por saqueadores, quadras inteiras imoladas por chamas. As tropas federais – as primeiras enviadas para uma batalha racial no Sul em um quarto de século – ocuparam ruas americanas na ponta da baioneta”.

Tais narrativas de queima e pilhagem pretendiam legitimar a ocupação militar do espaço doméstico. “Se há um ponto que foi provado repetidamente em quatro verões de motins do geto”, a revista Time sugeriu, “é que quando a polícia abandona a rua uma multidão a toma e a multidão pode rapidamente se tornar grande e desordeira. Aconteceu em Watts, no distrito Roxbury em Boston, em Newark e em sangue e fogo em Detroit”.

Foi nesse contexto que o Presidente Johnson discursou pedindo o estabelecimento de uma comissão para determinar as causas dos eventos. Ele nomeou o governador de Illinois, Otto Kerner, para liderar o inquérito que seria depois publicado como *The Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders* [Relatório da Comissão Consultiva Nacional sobre Distúrbios Cíveis]. Composta por representantes das elites políticas e econômicas da indústria, do governo, do trabalho, da polícia e das organizações tradicionais de direitos civis, a comissão foi uma força crítica no desenvolvimento de novas estratégias de gerenciamento de crises.

Quando o documento foi lançado no início de 1968 com um prefácio de Tom Wicker, colunista do New York Times, foi extremamente bem recebido e a brochura teve mais de 2 milhões

de cópias vendidas. A comissão de Kerner forneceu uma definição da crise urbana dos anos 60 que se tornou aceita. Numa das suas frases mais frequentemente citadas, o relatório afirmou: “Nossa nação está se movendo em direção a duas sociedades, uma negra, uma branca – separadas e desiguais”.

Alegou, famosamente, que “o que americanos brancos nunca entenderam – mas americanos negros nunca vão esquecer – é que a sociedade branca está profundamente envolvida com o gueto. As instituições brancas o criaram, as instituições brancas o mantiveram e a sociedade branca o tolera”. As conclusões da comissão de Kerner foram baseadas em dados reunidos principalmente durante a rebelião de Detroit e foram amplamente divulgadas nas narrativas da mídia de massa.

Apesar das descobertas da comissão baseadas no que a maioria dos especialistas concordava que era uma avaliação sólida de que o racismo e a pobreza eram fatores chave que moldavam as revoltas urbanas, o relatório afirmou ainda que a desigualdade estrutural não poderia explicar completamente as causas das rebeliões. Ele mudou o foco da política e da economia para as estruturas familiares afirmando que as condições de desemprego entre o povo negro e pobre produziram uma “cultura da pobreza”.

Afirmou que uma “cultura da pobreza ... gera um sistema de relações de exploração implacáveis dentro do gueto. Prostituição, vício em drogas e crime criam uma ‘selva’ ambiental caracterizada por insegurança pessoal e tensão. As crianças que crescem sob tais condições são provavelmente participantes da desordem civil”.

Ao fazê-lo, o relatório beatificou o senso comum de que a criminalidade nas comunidades de cor pobres era o produto da sua própria “cultura”. Além disso, argumentou que unidades de contra-inteligência “equipadas com pessoal de tempo integral devem ser estabelecidos para coletar, avaliar, analisar e disseminar informação sobre distúrbios potenciais e reais ...

Devem usar o pessoal e as informações da polícia disfarçada”.

Como tal, essas recomendações distorceram a mensagem do relatório de desigualdade de raça e classe transmitida na tese das duas nações – e essa distorção tinha uma lógica para ela. O apelo da Comissão de Kerner para expandir a vigilância policial como uma resposta tática para rebeliões representou uma mudança na forma hegemônica de gerenciamento de crise racializada, um que simultaneamente apontava a desigualdade racial como um problema e fazia apelos contra-insurgentes para a segurança para garantir sua legitimidade. Assim, a definição da crise deve obrigar-nos a considerar como ela dramaticamente se encontrou com as perspectivas da Liberdade Negra, de movimentos radicais laborais e socialistas.

## **“*Finally Got the News*”**

Filmado no contexto dos eventos de 1968 e após a rebelião do ano anterior, o filme *Finally Got the News* fornece uma perspectiva insurgente vocalizada dentro das próprias comunidades da classe trabalhadora. Produzido, dirigido e distribuído em associação com os membros da Liga como Cockrel, Watson e Hamlin, o filme oferece uma crítica de classe das condições materiais.

Como um exemplo de cinema independente, o filme delineia uma forma diferente de ver como a promessa do fordismo americano de altos salários e pleno emprego foi contrariada pelo fato do policiamento punitivo, trabalho precário, habitação perigosa e desemprego estrutural no período. Por isso, serve como um arquivo alternativo desse momento histórico decisivo.

Na vinheta de abertura, sob uma batida dramática de tambor, *Finally Got the News* apresenta uma série de documentos históricos ilustrando como a mais-valia produzida por trabalhadores negros sob escravidão deu origem ao capitalismo industrial e ao imperialismo dos EUA.

Inspirado pelas armações históricas e teóricas de *O Capital* de Karl Marx e *Black Reconstruction in America* [A reconstrução negra na América] de W. E. B. Du Bois, ele fornece uma representação cinematográfica de como a auto-atividade dos trabalhadores negros acelerou o passo da classe trabalhadora como um todo. À medida que a intensidade do tambor aumenta, o público é apresentado a cenas da história da guerra de classes que culminaram na formação da CIO durante a década de 1930, quando a classe trabalhadora criou um poder de massas sem paralelo.

Enfatizando a dialética da insurgência, essas imagens são justapostas às formas penetrantes e persistentes da repressão estatal. Essas representações da história da luta de classes fornecem o contexto para a representação do filme do que era conhecido entre os trabalhadores de Detroit como a “grande rebelião”.

Em contraste com as narrativas de criminalidade, caos e ilegalidade apresentadas na narrativa da contra-insurgência, o filme apresenta imagens de trabalhadores engajados numa luta por dignidade contra o estado policial. A revolta é tratada como um retorno da militância entre a classe trabalhadora. Desta forma, *Finally Got the News* expressa o radicalismo desencadeado pela revolta na cultura.

Ninguém poderia ter previsto quão profética a análise da Liga permaneceria meio século depois. Eles teorizaram antes do que a maioria como o capital responderia à crise de legitimidade ao abandonar os trabalhadores e a região que tinha sido a fonte de sua riqueza e poder. Após os eventos, os membros da Liga viram Richard Nixon montar uma agenda de lei e ordem na Casa Branca. A “guerra contra o crime” de Nixon provocou as chamadas da ira populista branca para legitimar resoluções autoritárias da crise.

Os termos racializados “tumultos”, “saques” e “ilegalidades” logo se tornaram simbólicos para os antagonismos de classe

durante a reestruturação da economia política. Espaços nas cidades uma vez retratados como seguros foram redefinidos como território perigoso que exigia medidas de segurança para controlar. Este urbanismo carcerário emergente foi definido através de narrativas de lei e ordem.

Em vez de se distrair com os discursos estatais de crime, a análise da Liga nos permite interrogar como a narrativa de lei e ordem deslocou as ansiedades que foram produzidas por insegurança econômica. Nessa análise, eles eram criticamente prescientes.

A análise materialista da Liga das relações de forças tem sido reivindicada, já que o desemprego resultante destruiu cidades e atingiu a classe trabalhadora negra particularmente forte durante a virada neoliberal. Enquanto suas vitórias na sua luta contra o racismo e por justiça econômica representam um genuíno avanço histórico, os militantes não conseguiram parar o fechamento de fábricas, a fuga de capitais, o desemprego estrutural ou a expansão sem precedentes do policiamento e das prisões na economia política.

Exatamente no momento em que as vitórias dos movimentos de liberdade e trabalho deram aos trabalhadores um novo terreno pelo qual lutar, a crise econômica do final dos anos 1970 levou a aumentos na pobreza e no desemprego não vistos desde a Grande Depressão. A população carcerária cresceu de cerca de 200 mil pessoas na década de 1960 para mais de 2 milhões nos anos 2000, apesar do declínio das taxas de criminalidade no mesmo período.

O aumento das despesas com o encarceramento ocorreu lado a lado com a redução dos gastos em educação, transporte, saúde e emprego públicos. A expansão carcerária coincidiu com a mudança na composição racial dos prisioneiros de uma maioria branca para quase 70% de pessoas de cor. Os desempregados, subempregados e nunca empregados negros, pardos e os pobres têm sido presos a taxas desproporcionais.

Com a maior taxa de encarceramento do planeta, as prisões dos EUA prendem mais negros do que a África do Sul fez no auge do apartheid. Esses números indicam uma colisão de raça, classe e poder do estado sem precedente histórico, mas certamente não sem explicação histórica.

A expansão da prisão sem precedentes nas últimas quatro décadas é inconcebível fora do contexto da luta de massas antirracista e de classe. O esmagamento do estado das insurreições urbanas dos anos 1960 foi um ponto de virada crítico para a construção do maior aparato carcerário do planeta, mas não foi um resultado inevitável. Através de arquivos alternativos, histórias radicais e teoria social marxista nós podemos começar a entender como respostas alternativas eram possíveis.

Contra os analistas que papaguearam contra-insurgentes e definiram o evento como uma revolta que criou uma onda caótica de ilegalidade, no entanto, nós precisamos nos envolver diretamente com as perspectivas de liberdade, trabalho e movimentos socialistas. Estes fornecem um desafio distinto à lógica contra-insurgente que circula não só nos documentos oficiais do estado, mas de forma mais insidiosa através de narrativas que circulam em revistas, jornais, TV, filme, rádio e até na academia.

Esses movimentos retransmitem os tipos de visões e estratégias necessários para combater a hegemonia do estado carcerário neoliberal. Isso não quer dizer que “a arma da crítica” pode “substituir a crítica das armas”, porque, como afirmou Karl Marx, “a força material só pode ser derrubada com força material, mas a própria teoria se transforma em força material quando apreendida pelas massas.”

Como tal, precisamos levar a sério a política de escavações históricas e explicações teóricas, atendendo ao significado disputado das insurreições urbanas dos anos 1960. Esse trabalho teórico é fundamental para entender os negócios

inacabados das lutas libertárias, trabalhistas e socialistas no enfrentamento da política autoritária e da economia de austeridade. Para fazer isso, nós precisamos ouvir as vozes que sugeriram que outra cidade não só é possível, mas é uma necessidade ardente.

Original: [Against the Current](#)